

« Não impor cargas além do que é essencial »

Thursday, Fevereiro 05, 2009

Fr. Paul McDonald

Diocese de São Catharines (Ontário)

Recente Declaração da Secretaria de Estado do Vaticano afirmou que para *"um futuro reconhecimento da Fraternidade Sacerdotal de São Pio X"* se exige, por parte da Fraternidade, como *"condição indispensável um pleno reconhecimento Concílio Vaticano II e do Magistério dos Papas [conciliares e pós-conciliares]"*.

Neste contexto, a palavra *"magisterium"* é ambígua, porque pode significar um ofício e autoridade para ensinar, que é o seu sentido próprio e primeiro, ou um sentido análogo, isto é, o conteúdo de um ensinamento.

Mas o conteúdo de um ensinamento tem pesos variados. Ele vai desde um ensino infalível, como por exemplo, sobre a impossibilidade de uma mulher ser ordenada, até o ensino dado em audiências gerais que não é formalmente dirigido absolutamente à Igreja universal.

Graças à uma Providência misericordiosa, uma afirmação refere-se também *"às questões ainda em aberto- ["le questioni ancora aperte"]*.

Algo que deveria ser como um assentimento interno não qualificado, para qualquer afirmação de um Concílio.

O Vaticano II (em seus textos) não faz de si mesmo um ídolo nem clama por ter um status de *"super infallibilidade"*, ou por ser um *"super dogma"* (como o disse o Cardeal Ratzinger), e como acreditam por demais numerosos eclesiásticos contemporâneos.

Uma visão exagerada pode ser encontrada, por exemplo, no Sr. John Allen do National Catholic Reporter, o qual recentemente escreveu sobre a Sociedade São Pio X:

"Levantar uma excomunhão abre uma porta para os tradicionalistas, mas isso não significa que eles entraram. Se eles quiserem ser plenamente reintegrados, eles precisam aceitar o ensinamento católico oficial, inclusive a liberdade de religião, e o respeito das outras religiões."

E um Bispo francês disse com relação a isso que *"O Vaticano II não é negociável"*.

Eu argumento que **de acordo com o próprio Concílio **, muito do Vaticano II, de acordo com a lei divina é, de fato, negociável. Isto é assim porque muito do que o Concílio decidiu e declarou não é "essencial" nem dogmático.

Para um cristão batizado ficar católico, depois de rezar com os demais presentes o Credo de Nicéias, ele acrescenta:

*E eu *creio* em tudo quanto a Santa Igreja Católica crê e ensina e proclama ter sido REVELADO por Deus. [Destaques meus].*

Uma doutrina sobre direitos sociais, como a da Liberdade de religião do Vaticano II, não foi revelada por Deus, nem nenhum Concílio disse isso.. E muito certamente nunca foi definida enquanto tal dogmaticamente.

Portanto, para ser católico, ou para alguém tornar-se católico, não é preciso sustentar essa doutrina.

Depois de tudo, como diz o decreto sobre o ecumenismo do Vaticano II, Unitatis redintegratio, #18,

«...Este sagrado Concílio repete solenemente uma declaração de todos Concílios e dos

Romanos Pontífices anteriores, que para uma restauração ou para a manutenção da unidade e da comunhão é necessário "não impor cargas além do que é essencial".»

Essencial é o que é infalível.

Ora, de novo, o que é “*essencial*” dificilmente pode ser definido uma “*questão em aberto*”.

Um protocolo de 1988 garantiu que Monsenhor Lefebvre era católico, um Arcebispo-em-boas-situação, mesmo estando num estado de dúvida, ainda que respeitosamente, face a certas posições conciliares e pós-conciliares que parecem "*dificilmente conciliáveis com a Tradição*".

Coisa semelhante deve ser substancialmente garantida para a Fraternidade São Pio X. A mesma coisa é um direito de todo Fiel.

[Tradução: Montfort. Texto original em inglês do [Rorate-Coeli](#)]